

Controle Externo e Meio Ambiente

Fortalecimento do Controle Externo na Área Ambiental

Contexto

As políticas de proteção ambiental e climática requerem complexas estruturas de **governança ambiental**. A ação estatal na área ambiental é implementada por órgãos públicos, instituições e empresas do setor privado. Conflitos de objetivos entre crescimento econômico, proteção ambiental e desenvolvimento social prejudicam uma implementação efetiva e eficiente das medidas de política ambiental e o alcance dos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**.

A governança ambiental se baseia em uma boa gestão dos recursos financeiros públicos aplicados no setor, que constitui um dos objetos de avaliação das **Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS)**. Na América Latina e no Caribe, as EFS de 22 países integram a **OLACEFS** (Organização Latino-Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores), cujo objetivo é promover o intercâmbio de conhecimento e experiências relacionadas à fiscalização e ao controle externo, além de fomentar as relações de cooperação e desenvolvimento de capacidades entre seus membros.

A importância das EFS foi reconhecida pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) na **Resolução A/69/228** (Dezembro 2014) por “promover a eficiência, a prestação de contas, a eficácia e a transparência na administração pública, o que favorece o alcance das metas e prioridades nacionais de desenvolvimento, bem como os objetivos acordados internacionalmente”. Em virtude das complexas estruturas de governança existentes e devido ao fato de que a conservação do meio ambiente tem se mostrado cada vez mais importante na região, o **Tribunal de Contas da União (TCU) do Brasil** e outros membros da OLACEFS contribuem para a preservação de ecossistemas principalmente através de **auditorias na área ambiental**.

Objetivo

O Projeto tem como objetivo contribuir para que o Tribunal de Contas da União do Brasil e outras Entidades Fiscalizadoras Superiores da OLACEFS cumpram efetivamente com sua missão institucional de **aprimorar a administração pública**, notadamente no que se refere a investimentos governamentais **na área ambiental**.

Abordagem

O Projeto está sendo implementado pela *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH*, por encargo do Ministério Federal de Cooperação Econômica e do

Nome do Projeto	Fortalecimento do Controle Externo na Área Ambiental
Por encargo do	Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ)
Parceiros	Tribunal de Contas da União (TCU) Organização Latino-americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (OLACEFS)
País	Brasil / 22 países na América Latina e Caribe
Agência executora	Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH
Investimento	5.5 milhões de euros
Duração	01/2016 - 12/2020

Desenvolvimento (BMZ), em parceria com o TCU e a OLACEFS, por meio de 3 campos de atuação:

1. **Fortalecimento dos processos de fiscalização.**
2. Fortalecimento dos **mecanismos de cooperação entre as EFS membros da OLACEFS e melhoria de seus serviços.**
3. **Fortalecimento da comunicação interna e externa** com as partes interessadas.

Situação e Avanços

O **Campo de Ação 1** busca aprimorar os pré-requisitos necessários para tornar os processos de fiscalização mais eficazes (planejamento, execução, acompanhamento), em questões relevantes para o meio ambiente. As ações em andamento visam desenvolver, fortalecer e/ou promover modelos, metodologias e instrumentos inovadores, tais como auditorias de desempenho (operacionais), e modelos de aplicação de geotecnologias no controle externo na área ambiental. As ferramentas desenvolvidas são testadas e, posteriormente, promove-se sua adoção institucional como padrão no TCU para, em um segundo momento, serem disponibilizadas às EFS membros da OLACEFS, onde poderão ser adotadas e utilizadas, por exemplo, em auditorias nacionais e em auditorias coordenadas na área ambiental na América Latina e no Caribe. Da mesma forma, ferramentas inovadoras são desenvolvidas em cooperação direta com as EFS membros da OLACEFS e a troca e aprendizado entre elas é promovida.

As auditorias coordenadas merecem atenção especial: um modelo colaborativo de desenvolvimento de capacidades, no qual as diferentes EFS envolvidas participam de um processo de treinamento que visa padronizar suas capacidades em auditoria



*XVIII Assembleia Geral Ordinária da OLACEFS
(Outubro 2018–Buenos Aires, Argentina)*



Oficina de Retroalimentación metodológica sobre Auditoría Coordinada sobre Áreas Protegidas

(Maio 2018–Brasília, Brasil)



operacional e no tema a ser abordado. Estabelecem um planejamento conjunto, executam as auditorias segundo um cronograma e uma metodologia comum, coordenam a apresentação de seus relatórios em seus respectivos países, e elaboram de um relatório consolidado que reflete a situação regional sobre o assunto em questão. Dedicar-se uma atenção especial à integração de questões transversais relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Paralelamente à assessoria de processos e sistemas (*coaching*) dos tomadores de decisão, o projeto dispõe de abrangente abordagem HCD (*Human Capacity Development*) para o desenvolvimento de competências dos auditores e dos responsáveis pela gestão. O objetivo é fortalecer as competências dos servidores para que sejam capazes de identificar uma grande variedade de questões técnicas e contextos organizacionais, bem como aprimorar a capacidade de relatar fatos complexos de forma lógica e meticulosa.

Por meio do **Campo de Ação 2**, disponibiliza-se a oferta de prestação de serviços para auditorias na área ambiental de forma sustentável, por meio da rede da OLACEFS. Desta forma, as EFS membro são fortalecidas a fim de executar auditorias de relevância ambiental em maior número e de forma mais eficiente. As ações visam estabelecer as bases conceituais para uma oferta de serviços aprimorada, bem como inovar na realização de auditorias em conjunto com outras EFS. Em nível organizacional, os métodos e instrumentos desenvolvidos pelo TCU e outras EFS membro são integrados à gestão de conhecimento e ao sistema

de monitoramento da OLACEFS. As diferentes abordagens existentes para o fortalecimento de capacidades relacionadas ao controle da atuação governamental na área ambiental (auditorias coordenadas, *peer reviews*, seminários e workshops, etc.) tem seu conteúdo e métodos adaptados e disponibilizados às EFS membro. Com relação ao aperfeiçoamento de competências pessoais, é desenvolvido um programa integrado de formação continuada para auditorias com foco em questões ambientais relevantes, aproveitando formatos existentes como, por exemplo, o e-learning.

O **Campo de Ação 3** estabelece requisitos necessários para que o TCU e outras EFS membro da OLACEFS possam realizar uma comunicação estratégica diferenciada orientada para o Congresso Nacional, organizações da sociedade civil, imprensa, opinião pública e instituições de pesquisa, entre outros. Aqui o foco do desenvolvimento de capacidades é aprimorar a comunicação interna e com partes interessadas externas, visando contribuir para impactos favoráveis na governança ambiental e às condições sociais gerais.

Para obter mais informações sobre as auditorias coordenadas realizadas, as ferramentas desenvolvidas, os produtos gerados, bem como sobre os resultados e indicadores registrados, visite: <https://www.giz.de/en/worldwide/38305.html>

Editor Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH
Sede da GIZ: Bonn e Eschborn

GIZ Agência Brasília
SCN Quadra 01 Bloco C Sala 1501
Ed. Brasília Trade Center
70711-902, Brasília-DF
T +55 61 2101 2170
giz-brasilien@giz.de
www.giz.de/brasil

Responsável Erwin Ramírez
erwin.ramirez@giz.de; giz-brasilien@giz.de;

Layout Ana Cláudia Mascarenhas

Publicado em Novembro de 2018

Parceiros

Tribunal de Contas da União - TCU
Secretaria de Relações Internacionais – Serint
Setor de Administração Federal Sul - SAFS Quadra 4
Anexo III - Lote 1 - CEP 70042-900 – Brasília/DF - Brasil
Tel: +55 61 3316-7442
serint@tcu.gov.br | www.tcu.gov.br

Organização Latino-americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras v Superiores (OLACEFS)
Secretaria e Sede: Contraloría General de la República de Chile
Teatinos 56, Santiago, Chile
Tel: +56 2 24025657
E-mail: relacionesinternacionales@contraloria.com | www.olacefs.com

Por encargo do Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento da Alemanha (BMZ)

Endereço do BMZ

BMZ Bonn
Dahlmannstraße 4
53113 Bonn, Alemanha
T +49 (0)228 99 535-0
F +49 (0)228 99 535-3500

BMZ Berlim
Stresemannstraße 94
10963 Berlin, Alemanha
T +49 (0)30 18 535-0
F +49 (0)30 18 535-2501

A GIZ é responsável pelo conteúdo desta publicação.

poststelle@bmz.bund.de www.bmz.de